



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

INSTITUTO ELOS BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

INSTITUTO ELOS BRASIL

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Balanços Patrimoniais

Demonstrações do Superávit/Déficit

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Lopes, Machado

Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R

International

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

**Diretoria e Administradores do
Instituto Elos Brasil
Santos - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Elos Brasil** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de superávits/déficits, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Elos Brasil**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG 2002 R1 – Entidades sem finalidades de lucros, também pela NBC TG 1000 R1 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto Elos Brasil referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião em 21 de agosto de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de julho de 2025



Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
B K R
International

CRC 2SP018312/O-9

Fernando Luis de Barros
Sócio-Diretor
CRC 1SP292087/O-3
CNAI 5966

INSTITUTO ELOS BRASIL

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota Explicativa	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.266.123	1.417.100	Fornecedores e contas a pagar	8	52.120	86.348
Créditos a receber	5.1	15.364.502	109.025	Obrigações tributárias	9	1.302	704
Outros créditos	5.2	988.107	754.865	Obrigações trabalhistas e sociais	10	523.721	473.771
Adiantamentos	6	68.915	46.390	Recursos a realizar	11	1.809.600	-
				Receita diferida	12	19.447.339	194.463
Total do Ativo Circulante		25.687.646	2.327.381	Total do Passivo Circulante		21.834.083	755.286
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO SOCIAL			
Imobilizado	7	1.223.608	1.223.049	Patrimônio Social	13	5.077.172	2.795.143
Total do Ativo Não Circulante		1.223.608	1.223.049	Total do Patrimônio Social		5.077.172	2.795.143
TOTAL DO ATIVO		26.911.254	3.550.429	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		26.911.254	3.550.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS			(reapresentado)
Com Restrição			
Repasse financeiros e contribuições		194.463	575.321
Receitas de serviços prestados		-	599.338
Doações pessoa jurídica		103.034	84.904
Doações receitas não monetárias		23.724	-
Patrocínios		1.011.994	-
Total	14	1.333.215	1.259.563
Sem Restrição			
Receitas de serviços prestados		3.038.908	1.263.216
Doações pessoa jurídica		1.920.517	446.718
Doações pessoa física		1.135.774	1.418.532
Outros recursos recebidos		-	877.280
Trabalho voluntário		118.800	242.880
Outras receitas não operacionais		2.350.918	1.701.368
Total	14	8.564.917	5.949.995
Total das Receitas Operacionais	14	9.898.132	7.209.558
CUSTOS COM PROGRAMAS DE ACESSORAMENTO			
Com Restrição			
Assessoramento		(4.774.968)	(2.834.845)
Formação político-cidadã		(190.702)	(620.546)
Estimativa e desenvolvimento		(139.376)	(535.826)
Desenvolvimento institucional		(515.109)	(493.977)
Total		(5.620.155)	(4.485.193)
Total dos Custos com Programas de Assessoramento	15	(5.620.155)	(4.485.193)
RESULTADO BRUTO		4.277.977	2.724.364
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas			
Salários e encargos sociais		(1.242.113)	(1.561.259)
Impostos e taxas		(6.041)	(5.576)
Aluguéis		(61.146)	(61.581)
Serviços gerais		(833.960)	(1.205.456)
Manutenção		(31.964)	(25.905)
Depreciações		(8.612)	(11.737)
Amortizações		(2.553)	(1.715)
Total	16	(2.186.388)	(2.873.229)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.091.589	(148.864)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		214.057	251.305
Despesas financeiras		(16.270)	(17.806)
Total	17	197.787	233.499
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.289.376	84.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit do exercício	2.289.376	84.634
Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente no exercício	<u>2.289.376</u>	<u>84.634</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INSTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Social Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.254.757	-	3.254.757
Superávit do Exercício		84.634	84.634
Transferência para o Patrimônio Social	(459.614)	(84.634)	(544.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.795.143	-	2.795.143
Superávit do Exercício		2.289.376	2.289.376
Transferência para o Patrimônio Social	2.282.029	(2.289.376)	(7.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.077.172	-	5.077.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	2.289.376	84.634
Ajustes para Reconciliar o Déficit do Exercício ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciação	8.612	11.737
Ajustes de exercício anterior	(7.347)	(544.248)
Resultado do Exercício Ajustado	2.290.640	(447.877)
Aumento/(Redução) nos Ativos	(15.511.243)	(253.393)
Créditos a Receber	(15.255.477)	(6.987)
Outros Créditos	(233.241)	(245.738)
Adiantamentos	(22.525)	(668)
Aumento/(Redução) nos Passivos	21.078.797	(549.329)
Fornecedores	(34.227)	(13.389)
Obrigações Tributárias	598	(437)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	49.950	147.313
Recursos a Realizar	1.809.600	(877.280)
Receitas Diferidas	19.252.876	194.463
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	7.858.194	(1.250.599)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições do Imobilizado	(9.171)	(10.198)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(9.171)	(10.198)
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.849.023	(1.260.797)
Caixas e Equivalentes de Caixa		
No Início do Período	1.417.100	2.677.898
No Final do Período	9.266.123	1.417.100
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.849.023	(1.260.797)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em reais)

1 Informações Gerais

A Entidade denominada INSTITUTO ELOS BRASIL, CNPJ 04.241.216/0001-08, constituída em 22 de dezembro de 2000 é uma Sociedade Civil de Assistência Social sem alojamento, de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica e apartidária, de duração por tempo indeterminado, tendo como objetivos sociais:

- i. Promover a educação, especialmente a ambiental, das novas gerações, priorizando a experiência direta;
- ii. Organizar documentação, promover, desenvolver e divulgar pesquisas e projetos aplicados à educação e à defesa do ambiente natural, do patrimônio cultural e dos direitos humanos de todos os povos, especialmente dos povos indígenas, das populações tradicionais e das empobrecidas;
- iii. Estimular o desenvolvimento socioeconômico através do acesso e gestão democrática e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, gerando renda para as populações atendidas com prioridade no atendimento das famílias priorizadas na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.
- iv. Promover o intercâmbio e ações culturais com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos;
- v. Divulgar, por todos os meios, as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos às suas atividades;
- vi. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos da democracia e de outros valores universais;

A finalidade do Instituto Elos Brasil é dar suporte a indivíduos, organizações e comunidades para que possam empreender ações cooperativas com base nas áreas da assistência social, educação, cultura, meio ambiente, arquitetura e urbanismo, visando em especial à revitalização de ambientes públicos e a implantação da cultura de cuidados cotidianos com o planeta.

O Instituto Elos Brasil lutará pela efetividade dos direitos humanos, em todo o território nacional, necessário a assegurar a vida humana com liberdade, solidariedade e dignidade, amparada por garantias individuais, coletivas e sociais, políticas, civis, de nacionalidade, do trabalho, econômicas e culturais, cabendo-lhes defender os interesses e direitos da coletividade, especialmente os contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e os relativos ao público da terceira idade, independentemente de autorização da assembleia geral, mediante:

a) Impetração de mandado de segurança coletivo, nos termos do art. 5º, LXX, alínea b, da Constituição Federal;

b) Apresentação de ação civil pública, nos termos do art. 5º, incisos I e II, da Lei 7347, de 24 de julho de 1985. No cumprimento de seus objetivos o Instituto Elos Brasil, por si ou em cooperação com terceiros, poderá:

- i. Organizar, promover ou participar de eventos culturais (congressos, simpósios, seminários, mesas redondas, conferências e cursos);
- ii. Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou ópticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão, entre outros;
- iii. Realizar prospecção, gravação, edição e divulgação de imagens, músicas e depoimentos relacionados com sua área de atuação;
- iv. Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades;
- v. Desenvolver consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos a organizações públicas e privadas;
- vi. Firmar convênios e contratos com outras instituições públicas ou privadas e terceiros;
- vii. Praticar quaisquer atos e atividades lícitas para a execução de seus objetivos, mesmo que não estejam listados no Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Grupo Dirigente e ratificados pela Assembleia Geral.

O Instituto Elos Brasil operará sem qualquer objetivo de lucro:

- i. O Instituto Elos Brasil não distribui entre seus sócios, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.
- ii. O Instituto Elos Brasil não fará qualquer distinção de raça, cor, condição social, credo político e/ou religioso, sendo-lhe defeso participar de quaisquer atividades que implique tomada de posição político-partidária e/ou religiosa.
- iii. O Instituto Elos Brasil dispõe de autonomia administrativa e financeira e rege-se pelas disposições contidas no Estatuto, aplicando-se subsidiariamente a legislação pertinente.
- iv. Outros instrumentos legais, como o Regimento Interno e outras normas próprias de regulamentação que venham a ser implementadas, também servirão de regência às atividades do Instituto Elos Brasil.

O Instituto Elos Brasil possui um conjunto de Instruções Normativas que unidas constituem o regimento interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplina o seu funcionamento. Essas normas foram aprovadas em 2019, porém, registradas em abril de 2020. O código de ética teve revisão aprovada na Assembleia de 2023, sendo registrado no mesmo mês. A seguir colocamos à disposição esse conjunto de normas seguidas pelo Instituto:

a) Código de conduta e Política Anticorrupção do Instituto Elos:

- Conduta Pessoal
- Suborno e Corrupção
- Entretenimento e Presentes
- Contabilidade
- Atividade política e doações
- Disposições gerais

b) Procedimentos e Processos: Instrução Normativa N.º 3 do Instituto Elos Brasil:

- Aquisições de produtos e contratações de serviços do Instituto Elos

c) Políticas de gastos e procedimentos de logística:

- Procedimentos e processos: aquisições de produtos e contratações de serviços do Instituto Elos Brasil

Ações realizada em 2024

Em 2024 o Instituto Elos, como entidade de assessoramento da assistência social, realizou projetos e atividades dedicados a territórios em situação de vulnerabilidade e desproteção social, como também para a formação e capacitação de lideranças comunitárias intergeracionais, com foco no público da política de assistência social.

De acordo com a Resolução CNAS 27/2011, que caracteriza as ações de assessoramento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, o Instituto Elos atuou com as seguintes atividades:

- Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro através do fortalecimento da participação, autonomia e protagonismo de movimentos sociais, organizações e grupos populares e de usuários;
- Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas.
- Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades através de ações que potencializam o desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade de autogestão, na perspectiva da economia solidária.
- Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.
- Formação político-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares.

Fazendo uma analogia entre a causa do Elos contextualizada ao referencial teórico da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), através de sua Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2012), cujo fim de medição de sucesso é a proteção social e a defesa de direitos, tem-se:

- Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que em seu artigo 1º define: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- Norma Operacional Básica/SUAS (2012) – dá as Diretrizes Estruturantes e Princípios Organizativos do Sistema Único de Assistência Social. Neste caso, a normatização indica como é feita a operacionalidade da Política Nacional de Assistência Social, onde o Instituto Elos atua como entidade/organização de assessoramento, integrando a Proteção Social Básica e articulando, em situações pontuais, com a Proteção Especial.

A estratégia de ação do Instituto Elos é composta pelos seguintes objetivos:

- Qualificar grupos populares, moradores e movimentos sociais para empreendedorismo de base comunitária e desenvolvimento comunitário;
- Qualificar usuários do sistema de garantia de direitos para mobilização comunitária a partir da criação ou revitalização de ambientes de uso coletivo;
- Qualificação na promoção do desenvolvimento sustentável priorizando a experiência direta por si ou em cooperação com escolas, universidades e organizações locais;
- Fortalecimento e criação de vínculos através da ampliação do sentimento de pertencimento, por meio do fortalecimento da convivência familiar e comunitária, da cooperação e da Cultura de Paz; e
- Formação de jovens e lideranças na promoção da cooperação, da ética, da paz, da cidadania ativa, da geração de trabalho e renda e dos direitos humanos.

A atuação do Instituto Elos em 2024, por meio do assessoramento, alcançou territórios em situação de vulnerabilidade e desproteção social em diversas cidades do Brasil. Em Santos/SP, as ações ocorreram nos bairros Jardim São Manoel, Vila dos Criadores e Santa Maria. Em São Vicente/SP, nos territórios de Acaraú, Paraitinga e Vale Novo. Em Cubatão/SP, na Vila dos Pescadores. No Mato Grosso, na cidade de Lucas do Rio Verde. Em Porto Alegre/RS, na comunidade Bom Jesus; em Osasco/SP, no Jardim Nair; e, em São Paulo/SP, na comunidade do Morrão, localizada na Zona Sul da cidade.

A Filosofia Elos contribuiu com iniciativas que promovem o desenvolvimento comunitário, a liderança colaborativa e o protagonismo juvenil em diversos territórios, por meio de formações como a Vivência Oásis, o Elos na Liderança e o Tá Legal. Estima-se que mais de 44 mil pessoas participaram de processos de escuta, construção coletiva e transformação social.

Os recursos provenientes de doações via Programa Estadual Nota Paulista, bem como a economia gerada pela imunidade tributária, foram aplicados na formação de lideranças de comunidades em situação de vulnerabilidade e em desproteção social através dos programas Guerreiros Sem Armas (para jovens de 18 a 35 anos) e Geração GSA (de 14 a 17 anos). Além disso, foram realizados projetos de protagonismo comunitário, que culminaram na construção e inauguração da sede da Associação do Morro da Santa Maria, em Santos/SP. Também foi iniciado o assessoramento aos territórios do Jardim São Manoel, em Santos/SP, e do Sítio Conceiçãozinha, no Guarujá/SP.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03 de julho de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros registrados por meio do resultado e valor justo das propriedades para investimentos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 07 (ii)** - Prazo de vida útil do imobilizado
- **Nota explicativa nº 08** - Provisão para contingências

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Instituto requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Instituto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa nº 18** - instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo

com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2024 e 2023, incluindo operações de *hedge*.

a. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o período corrente é a seguinte:

Edifícios	20 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

b. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

c. Provisões e passivo circulante

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

d. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os recursos recebidos de terceiros em convênio são reconhecidos da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

g. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os

montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto registrou o montante de R\$ 118.800 referente a trabalhos voluntários.

h. Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Estrutura do gerenciamento de risco

O Instituto estabelece gerenciamento de risco financeiro a fim de identificar e analisar os projetos em andamento e as oportunidades de mobilização de recursos, para definir metas e limites.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
<u>Bens Numerários</u>		
Caixa	155	-
<u>Depósitos Bancários</u>		
Bancos C/Movimento - Recursos com restrições	554	411
Bancos C/Movimento - Recursos sem restrições	40.011	196
<u>Aplicações Financeiras (*)</u>		
Aplicações Financeiras - Recursos com restrições (**)	8.880.149	560
Aplicações Financeiras - Recursos sem restrições (***)	345.254	1.415.933
Total	9.266.123	1.417.100

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se a fundos de investimentos em CDB - Certificado de Depósitos Bancários - atrelados ao CDI e Selic.

(**) O aumento expressivo nas aplicações com restrições se deve à entrada de recursos vinculados a projetos ou contratos com destinação específica e já definida no momento da contratação. Esses valores são mantidos em contas separadas, de uso restrito, conforme estabelecido previamente com os parceiros.

(***) Nas aplicações sem restrições, houve redução, refletindo que a maior parte dos recursos disponíveis em 2024 estava vinculada a propósitos previamente acordados. Mesmo assim, é importante destacar que, independentemente da natureza do recurso, todos os gastos realizados estão vinculados à execução dos projetos, respeitando o propósito institucional.

5 Créditos

5.1 Créditos a receber

	2024	2023
<u>Valores Realizáveis a Curto Prazo</u>		
Demais	-	29.266
Caixa Econômica Federal	-	33.566
Instituto Nova Era	-	14.625
Brasil Terminal Portuário S/A	-	10.000
Instituto Lojas Renner	57.820	3.797
TRSP Terminal de Regaseificação de GNL de SP S/A	-	9.020
Arco Instituto de Educação	-	8.750
Rumo S.A.	15.066.610	-
Edge Comercialização S.A.	108.487	-
TEAG	60.000	-
Marfrig Global Foods S.A.	71.585	-
Total	15.364.502	109.025

(*) O aumento no saldo se deve principalmente à entrada de novos projetos firmados em 2024, que possuem valores a receber programados conforme os contratos, mas que ainda não tinham sido pagos até o fechamento. O principal deles é o projeto 7.7 Formação Política-Cidadã / Movimenta Baixada, realizado por meio de patrocínio da Rumo S.A., que representa a maior parte desse saldo. Também contribuíram para essa variação os contratos dos projetos 1.15 Assessoramento Técnico / Vila dos Pescadores (Edge Comercialização), 1.34 Assessoramento Técnico / Diagnóstico Conceiçãozinha (TEAG) e 1.33 Assessoramento Técnico / Várzea Grande (Marfrig). Esse crescimento reflete diretamente a ampliação das atividades do Instituto no período.

5.2 Outros créditos

	2024	2023
Plataforma Doare (*)	24.454	2
Crédito com Nota Fiscal Paulista (**)	963.311	754.863
Plataforma Lalamove (***)	341	-
Total	988.107	754.865

(*) A plataforma Doare é utilizada para a criação e gestão de campanhas de arrecadação de doações por pessoas físicas. Os valores registrados referem-se aos recursos arrecadados por meio dessas campanhas, cuja transferência para a conta bancária do Instituto Elos ocorre, no mínimo, duas vezes ao ano. Esses valores representam doações já realizadas, mas que ainda não foram transferidas para a conta da entidade até a data de encerramento do exercício.

(**) O valor registrado refere-se aos créditos da Nota Fiscal Paulista, provenientes da indicação do Instituto Elos como entidade beneficiária por pessoas físicas, entre setembro e dezembro de

2024. Esses créditos são apurados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo com base em critérios próprios, como a quantidade de cupons fiscais válidos e a arrecadação de ICMS dos estabelecimentos participantes. O reconhecimento da receita ocorre no período em que os cupons são registrados, conforme o princípio da competência. No entanto, o repasse financeiro é realizado apenas entre janeiro e abril de 2025. Por esse motivo, os valores compõem o ativo circulante, com expectativa de recebimento no exercício seguinte.

(***) O saldo registrado na conta refere-se a valores creditados antecipadamente em uma plataforma de entregas que opera por meio de sistema pré-pago. Para realizar transações, é necessário inserir saldo previamente no ambiente da plataforma. O valor apresentado representa o montante disponível não utilizado até 31 de dezembro de 2024, o qual foi utilizado gradualmente no exercício seguinte, com novos créditos sendo adicionados conforme a demanda operacional.

6 Adiantamentos

	2024	2023
Adiantamento de Férias	30.504	-
Adiantamento a prestadores de serviços (*)	25.121	9.300
Cartão Paypal (**)	3.722	7.132
Outros Adiantamentos (***)	1.990	4.542
Adiantamento para despesas (****)	7.578	6.225
Adiantamento para viagens	-	19.193
Total	68.915	46.390

(*) Refere-se a valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços contratados, cuja execução está em andamento. Esses pagamentos são formalizados mediante contrato e terão suas respectivas notas fiscais emitidas posteriormente, conforme o andamento da prestação dos serviços. A emissão futura da nota não compromete a rastreabilidade nem a comprovação do vínculo contratual, asseguradas por meio dos documentos firmados entre as partes.

(**) A plataforma Paypal é utilizada para a criação e gestão de campanhas de arrecadação de doações por pessoas físicas. Os valores registrados referem-se aos recursos arrecadados por meio dessas campanhas, cuja transferência para a conta bancária do Instituto Elos ocorre, no mínimo, duas vezes ao ano. Esses valores representam doações já realizadas, mas que ainda não foram transferidas para a conta da entidade até a data de encerramento do exercício.

(***) Este item reúne o saldo de três contas contábeis distintas:

- Saldo da Plataforma Mercado Pago: originado por cancelamento de pedidos ou devolução de produtos;
- Crédito de IPTU pago em duplicidade, cuja restituição está sendo processada nesse exercício de 2025;
- Adiantamento a fornecedores: Refere-se a valores pagos antecipadamente para aquisição de produtos, cujos fornecedores, por política comercial, emitem a nota fiscal apenas após a confirmação do pagamento.

(****) Corresponde a valores repassados previamente a colaboradores da instituição para a cobertura de despesas relacionadas a projetos específicos. Tais despesas são posteriormente objeto de prestação de contas.

7 Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Equipamentos	Terreno	Total
Custo					
Saldos em 31/12/2023	4.427	57.939	1.840	1.200.000	1.264.206
Baixas	-	-	-	-	-
Adições	-	5.599	3.572	-	9.171
Saldos em 31/12/2024	4.427	63.538	5.412	1.200.000	1.273.377
Depreciação Acumulada					
Saldos em 31/12/2023	(3.961)	(37.150)	(46)	-	(41.157)
Baixas	-	-	-	-	-
Adições	(443)	(7.666)	(503)	-	(8.612)
Saldos em 31/12/2024	(4.404)	(44.816)	(549)	-	(49.769)
Total do Imobilizado em 31/12/2023	466	20.789	1.794	1.200.000	1.223.049
Total do Imobilizado em 31/12/2024	23	18.722	4.863	1.200.000	1.223.608
Vida Útil (ano)	10	5	10	-	

8 Fornecedores e contas a pagar

	2024	2023
Fornecedores (*)		
Artear Consultoria	-	7.250
Vitor L. dos Santos Audiovisual	-	30.000
Herbert Santo de Lima	-	6.600
Felipe da Silva Denz	-	6.600
ADT Serv de Monitoramento Ltda	573	1.118
Lojas Americanas S/A	-	514
Mercadopago.com Representações Ltda	-	271
Drummond Outsourcing Ltda	7.844	-
Movida Locação de Veículos S/A	1.057	433
Silvana Lopes Contreras	-	4.830
MKT Virtual Marketing & Consultoria	-	1.394
São Rafael Mat p/ Construção	-	610
Whirlpool S.A.	-	89
Tekoha Treinamento e Serviços	-	3.763
Maria Aparecida de Moraes	-	3.000
Itapetinga Plaza Hotel	-	678
Eko Residence	-	2.069
Felipe Zanardo Chammas	-	3.600
Beatriz Chaves do Carmo	-	3.000
Move Transporte de Passageiros	-	320
Casa da Arvore Consultoria Ltda.	1.228	-
Localiza Rent a Car	4.162	-
Anmark Serviços Postais	175	-
Baratao das Tintas Rondon Ltda.	6.850	-
GTE Elétrica e Iluminação - Talita Couto & Gustavo	4.957	-
Juliana P Guerrero	2.500	-
Milena dos Anjos Almeida - M&M	275	-
Bandeirantes II	9	-
Doca Apoio Administrativo Ltda.	8.000	-
Marcelo da Penha Felix Marini	50	-
Maryara Andrade	5.200	-
Contas a pagar (**)		
Aluguel a Pagar	5.488	5.471
Reembolso de despesa a pagar	3.575	587
Adiantamento de clientes	-	3.300
Vale Transporte a pagar	-	851
Energia Eletrica a pagar	178	-
Total	52.120	86.348

(*) A conta Fornecedores compreende obrigações assumidas com empresas que prestaram serviços ou forneceram bens durante o exercício de 2024, com emissão de nota fiscal no mesmo período, mas cujo pagamento foi realizado no exercício seguinte, em 2025. Tais lançamentos

foram reconhecidos conforme o princípio da competência, refletindo adequadamente as despesas incorridas no período de origem;

(**) O saldo de Contas a Pagar refere-se a obrigações assumidas no exercício anterior, cuja quitação ocorreu em 2025.

9 Obrigações tributárias

	2024	2023
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher	468	676
CSRF Art. 10.833 a recolher	630	-
IRRF sobre serviços a recolher	203	28
Total	1.302	704

10 Obrigações trabalhistas e sociais

	2024	2023
Salário e Ordenados a pagar	112.157	94.859
Férias a Pagar	244.644	252.426
Encargos sociais s/ férias a pagar	19.571	20.134
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	19.078	7.375
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	25.694	16.238
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - Empregados	92.902	80.819
Outras Obrigações	9.674	1.920
Total (*)	523.721	473.771

(*) Em 2024, o Instituto Elos firmou novos contratos de projetos, em especial o Formação Política-cidadã/ Movimenta baixada, com patrocínio da Rumo S.A., o que resultou na necessidade de aumento do número de colaboradores.

11 Recursos a realizar

	2024	2023
Subvenção diferida a realizar - Imaginable Futures (*)	1.809.600	-
Total	1.809.600	-

(*) Em 2024, o Elos renovou uma parceria de apoio financeiro com duração de dois anos (2025 e 2026) junto à organização Imaginable Futures (organização de investimento filantrópico global movida pelo impacto em primeiro lugar e pela crença de que a aprendizagem é a chave para o bem-estar e sistemas equitativos e saudáveis). Para recebimento deste recurso foi realizada a equivalência do NGOsource ("ED") e decidido pelo financiador que a soma total a ser repassada seria disponibilizada integralmente durante o ano de 2024. O reconhecimento contábil da receita ocorrerá de forma escalonada, sendo 50% registrados em 2025 e os 50% remanescentes em 2026.

12 Receita diferida

	2024	2023
Projeto Mobilidade e Desenvolvimento Bom Jesus 1	-	194.463
Formação Política-cidadã/ Diálogos Construtivos Cau	40.000	-
Rede Elos - Aldeia Tekoa Pyau	38.178	-
Formação Política-cidadã/ Movimenta baixada	19.225.991	-
Assessoramento técnico/ Várzea Grande	143.170	-
Total	19.447.339	194.463

Os valores se referem a contratos já firmados, com receita garantida, mas cuja execução das atividades (e, consequentemente, o reconhecimento da receita) ocorre ao longo de 2025, de acordo com o cronograma de cada projeto.

O projeto Formação Política-Cidadã / Diálogos Construtivos – CAU está vinculado ao Termo de Fomento nº 003/2024 com o CAU/SP. O prazo do projeto é de 7 meses e a receita será reconhecida mensalmente ao longo de 2025, conforme a realização das despesas do projeto.

O projeto Rede Elos – Aldeia Tekoa Pyau refere-se a um recurso específico recebido para repasse à aldeia, destinado à realização do assessoramento e melhoria de infra-estrutura da casa de reza no território. A receita será reconhecida conforme a efetiva execução da obra, também seguindo o acompanhamento mensal das despesas.

O projeto Formação Política-Cidadã / Movimenta Baixada, realizado por meio de contrato de patrocínio com a Rumo S.A., iniciado em setembro de 2024, também terá sua receita reconhecida mensalmente em 2025, acompanhando a execução das atividades e despesas. Esse projeto tem como objetivo fortalecer o relacionamento entre empresa e comunidade, através de atuação em 8 territórios da baixada santista com a metodologia da Escola de transformação, que tem como escopo ações de desenvolvimento comunitário e territorial com moradores, organizações governo e empresas dos territórios.

O projeto Assessoramento Técnico / Várzea Grande, em parceria contratado pela Marfrig para desenvolver o território de entorno da cidade onde possui uma unidade produtiva, segue o mesmo critério: a receita será reconhecida mensalmente conforme as despesas realizadas, tem como proposta a realização de um diagnóstico social do território e um processo de mobilização comunitária, com identificação de potencialidades, desenvolvimento de projetos para ampliar o pertencimento e o estímulo ao protagonismo por meio da Vivência Oasis. O projeto também visa fortalecer vínculos, estimular a cooperação e apoiar a formação de um comitê gestor local.

Importante destacar que, para os projetos de prestação de serviço sem restrição, além do reconhecimento mensal vinculado às despesas, será incluída uma margem administrativa do Elos de 30%, conforme prática padrão da instituição nesses tipos de contrato.

13 Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

A Administração do Instituto adota como prática incorporar e/ou absorver nas rubricas de patrimônio social e/ou dotação especial o superávit (déficit) apurados nos exercícios.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Instituto registrou superávit nos montantes de R\$ 2.289.376 e R\$ 84.634, respectivamente, e patrimônio social positivo nos montantes de R\$ 5.077.172 e R\$ 2.795.143, respectivamente.

14 Receitas Operacionais

	2024	2023
<u>Receitas com Restrição</u>		
Repasse Financeiros e Contribuições	194.463	575.321
Receitas de Serviços Prestados	-	599.338
Doações Pessoa Jurídica	103.034	84.904
Doações Receitas não monetárias	23.724	-
Patrocínios	1.011.994	-
Total de Receitas com Restrição	1.333.215	1.259.563
<u>Receitas sem Restrição</u>		
Receitas de Serviços Prestados	3.038.908	1.263.216
Doações Pessoa Física	1.135.774	1.418.532
Doações Pessoa Jurídica	1.920.517	446.718
Outros Recursos Recebidos	-	877.280
Trabalho Voluntário	118.800	242.880
Outras Receitas não Operacionais	2.350.918	1.701.368
Total de Receitas sem Restrição	8.564.917	5.949.995
Total de Receitas	9.898.132	7.209.558

No exercício de 2024, observou-se variação significativa na composição das receitas da organização em relação ao ano anterior, em decorrência de alterações na captação de recursos e na execução de novos projetos.

Essa variação é explicada, principalmente, pela celebração de novos contratos com empresas privadas e instituições públicas, destacando-se os projetos firmados com Marfrig, TEAG, Edge Comercialização, CAU/SP e Rumo S.A. Tais parcerias contribuíram para o aumento nas seguintes linhas de receita:

- **Prestação de serviços sem restrição:** contratos executados com base em metas e entregas pactuadas, cujos recursos podem ser utilizados com maior flexibilidade dentro do objeto contratado;
- **Doações de pessoas jurídicas e patrocínios institucionais,** fortalecendo o financiamento das atividades finalísticas e de interesse público;
- **Receitas não monetárias,** especialmente aquelas relativas à cessão gratuita de bens, serviços e uso de espaços;
- **Rendimentos financeiros vinculados a projetos com restrição,** provenientes da aplicação de recursos enquanto não utilizados, conforme exigência de editais e contratos específicos.

Em contrapartida, houve uma redução nos repasses e contribuições recebidos em 2023 que não se repetiram em 2024, relacionados a convênios pontuais com entes públicos ou transferências voluntárias concluídas no exercício anterior.

Também se registrou leve queda nas doações de pessoas físicas e no trabalho voluntário contabilizado, em decorrência de fatores conjunturais e ajustes nos processos de captação e mobilização.

Essa movimentação reflete a dinâmica característica das OSCs, cujas receitas estão atreladas à celebração de parcerias, execução de projetos e à mobilização social. Ressalta-se que todas as receitas foram aplicadas de acordo com os objetivos sociais da entidade, observando os critérios de transparência, rastreabilidade e finalidade pública, conforme disposto no Marco Regulatório das OSCs e nos requisitos para manutenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

15 Custos com programas de assessoramento

	2024	2023
Custos com Restrição		
Assessoramento (*)	4.774.968	2.834.845
Formação Político-cidadã (**)	190.702	620.546
Estimativa e Desenvolvimento (***)	139.376	535.826
Desenvolvimento Institucional (****)	515.109	493.977
Total	5.620.155	4.485.193

(*) O aumento dessa conta está relacionado à ampliação da atuação do Instituto em diferentes territórios. Esse crescimento reflete o maior volume de ações presenciais, mutirões, forces e assessorias técnicas realizadas ao longo do ano.

Além disso, a partir de setembro de 2024, todos os colaboradores passaram a ser contratados sob regime CLT, o que resultou em um aumento nas provisões de salários e encargos a pagar dentro de cada projeto. Também houve uma mudança na forma de alocação contábil: os gastos com equipe e serviços passaram a ser registrados diretamente nos projetos executados, em vez de serem concentrados nas despesas institucionais, promovendo maior aderência entre os custos contabilizados e a execução real das atividades.

(**) A diminuição dessa conta está relacionada principalmente à finalização dos projetos 2.2 Formação Política-Cidadã / PTS Jardim Estância e o 2.20 Formação Política-Cidadã / PTS Jardim Jerusalém de Campinas III, IV e V, realizados por meio de contrato com a Caixa Econômica Federal, já previstos no plano de ação do Instituto. Com o encerramento dessas etapas, houve naturalmente uma queda nos gastos vinculados a essas frentes em 2024.

(***) A variação nos custos dessa conta está relacionada principalmente à finalização do projeto 2.9 de assistência emergencial, iniciado durante a pandemia em 2020 e encerrado em maio de 2024. Esse projeto, por sua natureza, envolvia altos volumes de despesas com gestão, equipe e apoio direto aos participantes.

Paralelamente, surgiram dois novos projetos voltados para o fortalecimento das redes de comunidades da Baixada Santista e à Rede de Guerreiros Sem Armas, formada por pessoas que participaram do programa formativo do Instituto. Esses novos projetos, embora estratégicos, possuem escopos mais enxutos e operam com estruturas de custo menores, o que justifica o saldo atual mais baixo registrado na categoria em comparação ao exercício anterior.

(****) Os custos com Desenvolvimento Institucional mantiveram-se estáveis entre os exercícios, com um leve aumento. Essa variação está relacionada à continuidade dos mesmos projetos e iniciativas institucionais, sem alterações significativas na estrutura ou no volume de atividades realizadas nesse eixo.

16 Despesas

16.1 Despesas Operacionais

	2024	2023
Gerais e Administrativas		
Salários e Encargos Sociais	1.242.113	1.561.259
Impostos e Taxas	6.041	5.576
Aluguéis	61.146	61.581
Serviços Gerais	833.960	1.205.456
Manutenção	31.964	25.905
Depreciações	8.612	11.737
Amortizações	2.553	1.715
Total	2.186.388	2.873.229

Em consonância com as boas práticas contábeis e em atendimento aos princípios da transparência e da fidedignidade na aplicação dos recursos, especialmente considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

A principal alteração ocorreu nas classificações de despesas com Salários e Encargos Sociais e Serviços Gerais, que apresentaram redução nas demonstrações institucionais. Essa variação se deve à implementação de uma nova metodologia de apropriação de custos, com a criação de contas específicas nos projetos para o registro direto dos gastos relacionados às atividades finalísticas.

Historicamente, parte significativa da equipe técnica e dos prestadores de serviços estava alocada sob o formato de contratação por prestação de serviços. A partir de outubro de 2024, com a ampliação do quadro de funcionários e a formalização de vínculos empregatícios, os salários passaram a ser rateados e apropriados diretamente aos projetos aos quais os profissionais estão efetivamente dedicados.

O mesmo critério foi estendido aos colaboradores indiretos, cujos custos, anteriormente registrados como despesas institucionais, passaram a ser alocados diretamente nos projetos, refletindo com maior precisão a destinação dos recursos. Essa lógica de apropriação também foi aplicada a consultorias e serviços de apoio, que, em parte, deixaram de ser contabilizados como despesas administrativas, sendo agora registrados nas respectivas ações ou projetos beneficiados. Essa reclassificação visa evidenciar de forma mais adequada a aplicação dos recursos recebidos, promovendo maior transparência, rastreabilidade e conformidade com os requisitos da legislação aplicável às entidades do terceiro setor, em especial no que tange à demonstração da gratuidade e à comprovação da destinação dos recursos para as atividades finalísticas.

17 Resultado financeiro

	2024	2023
Rendimentos financeiros	214.057	251.305
Tarifas Bancárias	(8.624)	(8.851)
Juros Passivos	(1.021)	(621)
Outras Despesas Financeiras	(6.625)	(8.085)
Imposto sobre operações financeiras	-	(249)
Total	197.787	233.499

18 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

		2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos Financeiros</u>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado	9.266.123	9.266.123	1.417.100	1.417.100
Créditos a Receber	Custo amortizado	15.364.502	15.364.502	109.025	109.025
<u>Passivos Financeiros</u>					
Fornecedores e Contas a Pagar	Custo amortizado	52.120	52.120	86.348	86.348

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** - a melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo.
- **Nível C** - se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19 Cobertura de seguros

A Administração do Instituto Elos possui seguro para proteção de seu patrimônio, o que foi efetuado de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

O seguro tem a finalidade de proteção e monitoramento do prédio comercial, com o prêmio anual de R\$ 2.535,31 e cobertura conforme descrito abaixo. A vigência do seguro é de 27 de fevereiro de 2024 até 27 de fevereiro de 2025, correspondente a apólice 118.22.4035823 da Porto Seguro.

COBERTURAS			
<u>Descrição</u>	<u>L.M.I.</u>	<u>Prêmio Líquido</u>	<u>P.O.S.</u>
Incêndio	1.000.000	529,94	POS não contratada.
Danos Elétricos	30.000	305,67	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00
Perda de Aluguel	30.000	31,66	Não há
Subtração de Bens	35.000	502,60	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade Civil	30.000	65,28	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500
Desmoronamento	30.000	69,57	20% das indenizações, com mínimo de R\$ 4.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo	30.000	357,10	10% das indenizações, com mínimo de R\$1.500
SERVIÇOS CONTRATADOS			
<u>Descrição</u>	<u>L.M.I.</u>	<u>Prêmio Líquido</u>	<u>P.O.S.</u>
Serviços de manutenção emergenciais	1.575	499,25	Não há

20 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas são entidades, pessoas físicas ou jurídicas, caracterizadas por possuírem relevância na organização gerencial de entidade. Com isso, faz-se necessárias auditorias e regulações das relações entre essas entidades no intuito de tornar transparente o cenário transacional da entidade.

Toda pessoa ou entidade, pessoa física ou jurídica, que tiver um grau de relacionamento interno definido com a empresa, será considerada parte relacionada.

Não houve no exercício de 2024 e 2023 transações no que diz respeito a partes relacionadas dentro do Instituto Elos, além da remuneração da Administração.

21 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra ‘c’ da ITG 2002 – R1 – Entidades sem finalidade de lucro, o Instituto Elos apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Essa receita tem como contrapartida as despesas realizadas correspondentes que estão destacadas contabilmente apenas para informação em termos de valor:

	2024	2023
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Estadual – ITCMD	91.811	34.864
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Federal	23.778	18.808
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal INSS	475.558	376.170
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Municipal - ISS	64.426	40.208
Total	655.573	470.050

22 Eventos subsequentes

Para o exercício de 2025, o Instituto Elos promoverá a continuação de alguns de seus projetos atuais e inovará com a adição de outras atividades, serviços, programas e novos projetos, os quais estão relacionados abaixo:

Projetos - Plano de Ação 2025	Descrição
ASSESSORAMENTO / VILA PANTANAL;	Fortalecimento de vínculos e capacitação metodológica com revitalização de espaços comunitários e ações de desenvolvimento territorial.
ASSESSORAMENTO TÉCNICO – VILA DOS PESCADORES	Continuidade do Projeto de Protagonismo Comunitário e Desenvolvimento Territorial, com plano de Ação que contempla propostas de curto, médio e longo prazo para dois eixos: Desenvolvimento Territorial e Juventude - SP.

ASSESSORAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Capacitação de 40 pessoas empreendedoras sociais, coletivos e gestores nas práticas administrativas financeiras a partir da experiência do Instituto Elos e suas certificações em aulas on-line.
ASSESSORAMENTO TÉCNICO - Equidade Racial LAB CAUSAS	Continuidade de assessoria técnica na promoção de equidade racial através de egressos da rede GSA que participaram do Edital Lab Causas 2023.
ASSESSORAMENTO TÉCNICO/PARATINGA E ACARAÚ	Assessoramento através de articulações institucionais nos municípios de São Vicente e Praia Grande. Elaboração e apresentação de diagnóstico e mobilização de 03 vivências Oásis para formação dos moradores, da rede GSA e de atores das organizações e empresas locais.
FORMACAO POLÍTICA-CIDADA/SÃO JOAQUIM	Assessoramento através de mobilização comunitária e aplicação do Jogo Oasis através de formação para funcionários da empresa do entorno da comunidade, moradores, e OSC Semente Oré;
PROJETO MOBIL. E DESENV. BOM JESUS 1	Continuidade nas ações de assessoramento a fortalecer a rede de organizações locais, realizar o lançamento do Plano do bairro Bonja e executar ações conjuntas;
ASSESSORAMENTO TÉCNICO/JARDIM JAQUELINE	Realização de oficinas de introdução à Filosofia Elos e mobilização comunitária com aplicação do Jogo OASIS no Jardim Jaqueline/SP.
REDE GSA	Assessoramento técnico on-line de mobilização, integração e engajamento da rede de jovens egressos do GSA.
REDE DE COMUNIDADES	Assessoramento técnico através de eventos formativos e rodas de conversa com a rede de comunidades Elos.
PROTAGONISMO COMUNITÁRIO PÓS GSA	Assessoramento técnico na mobilização comunitária e na execução de projetos no Santa Maria e no Jardim São Manoel/ Santos/SP e na Conceiçãozinha no Guarujá /SP.
SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DE PROJETOS INOVADORES COM INCLUSÃO CIDADÃ COM SOLUÇÃO INCORPORADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS – PTS JER. CAM II, IV, V - Atibaia	Finalização do assessoramento do Projeto de Trabalho Social junto às famílias do Minha Casa Minha Vida Jer. Cam III, IV e V – Atibaia /SP
SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DE PROJETOS INOVADORES COM INCLUSÃO CIDADÃ COM	Continuidade da Assessoria técnica para plano de sustentabilidade e sistematização da experiência da

SOLUÇÃO INCORPORADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS - Jovens Lideranças	Cooperação Sul Sul da Agência Brasileira de Cooperação – Jovens lideranças.
REDE ELOS Assistência Emergencial	Assistência emergencial através de cestas básicas para famílias vulneráveis do território nacional;
PROJETOS E PROGRAMAS QUE FORTALECEM A CAUSA	Palestras, workshops, projetos e programas não citados nesta lista e que fortaleçam a causa do Instituto Elos e sua atuação de assessoramento.
GSA GERAÇÃO GSA ELOS NA LIDERANÇA	Programa de capacitação e formação para a cidadania, no fortalecimento de lideranças comunitárias, movimentos sociais e de grupos populares. Contribui para promover a educação de lideranças e impulsionar processos de desenvolvimento comunitário e territorial com atuação em 4 públicos simultaneamente Gsa – jovens acima de 18 anos que participam do processo seletivo Geração GSA – jovens de 14 a 17 anos Lideranças de empresas e organizações sociais. Moradores das comunidades anfitriãs
Participação em Redes	CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social CMDCA - Conselho Municipal da Criança de Adolescente CONSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar Fórum Social da Baixada Santista Rede Empodera Promotória Comunitária BR Cidades

Destaca-se que após o encerramento do exercício de 2024, a organização iniciou, em conjunto com os parceiros e patrocinadores, um processo de reprogramação do Projeto Movimenta Baixada, patrocinado pela empresa Rumo S.A.

O projeto, voltado ao desenvolvimento social e territorial em 8 comunidades da região da Baixada Santista, encontra-se atualmente em fase de remodelação, em razão de condições conjunturais locais que impactaram o andamento das atividades planejadas. Tais condições incluem aspectos sociais, econômicos e estruturais que exigiram revisão das estratégias de execução e cronograma.

Como consequência, em junho de 2025, está em andamento a aprovação de um novo plano de execução que suspende temporariamente o valor total do projeto para um montante R\$ 8 milhões inferior ao originalmente previsto, mantendo-se, contudo, a vigência contratual até o ano de 2027.

A entidade reforça que a reprogramação foi realizada em comum acordo com a patrocinadora, de forma transparente e documentada, preservando os compromissos assumidos e adequando a intervenção à realidade das comunidades beneficiárias, com o objetivo de garantir maior efetividade e sustentabilidade das ações.

Esse evento subsequente não afeta as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, mas será devidamente refletido nas projeções e planejamentos futuros da organização, bem como em seus relatórios de prestação de contas e avaliação de impacto.

Adicionalmente informa-se que houve uma atualização significativa na legislação sobre assessoramento no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 13 de fevereiro de 2025, foi aprovada a Resolução CNAS/MDS nº 182, que estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS, ofertados por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social. Essa resolução foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de fevereiro de 2025 e revoga a Resolução CNAS nº 27, de 2011.

Entre as inovações significativas trazidas pela Resolução CNAS/MDS nº 182/2025, destacam-se:

- Classificação e caracterização detalhada das entidades que prestam atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa.
- Inclusão de princípios norteadores e regras gerais para a atuação dessas entidades.
- Vinculação explícita ao público-alvo, com ênfase na priorização de públicos vulnerabilizados.
- Exigência de equipe multidisciplinar, com vedação à realização exclusiva por voluntários.
- Definição clara do que não é considerado serviço, programa ou projeto de assessoramento, defesa e garantia de direitos, bem como aquilo que não deve ser reconhecido como parte integrante da política de assistência social.

Diante dessas mudanças, para 2025 serão iniciadas mudanças na estruturação do balanço contábil e classificação dos projetos de assessoramento do Instituto Elos em relação a atividade fim e atividade meio a fim de atender a norma.